

TRANSMASCULINIDADES, CIÊNCIAS SOCIAIS E ESCOLA: UM DEBATE NECESSÁRIO

TRANSMASCULINITIES, SOCIAL SCIENCES AND SCHOOL: A NECESSARY DEBATE

Elusiano da Silva Melo Júnior 1

Eliane Anselmo da Silva 2

Francisco Vieira da Silva 3

Maria Margarita Villegas Graterol 4

Mateus Alexandre Pereira de Oliveira 5

Resumo: O campo educacional é constituído por uma série de múltiplas personalidades, identidades, raças, gêneros e culturas coexistindo, muitas vezes, de forma violenta, segregatória ou marginalizada em decorrência do preconceito e da invisibilização historicamente depositadas no “ser diferente”. Esse ensaio objetiva iniciar um diálogo sobre uma das faces dessa segregação violenta na escola, no que permeia as transmasculinidades, em paralelo à utilização da disciplina de ciências sociais e humanas como meio para uma melhora no quadro de invisibilização e violência contra a comunidade transmasculina. Para tal, utilizamo-nos de uma discussão teórica sobre representações sociais do ser transmasculino. Em seguida, trazemos uma breve contextualização sobre as transmasculinidades nos ambientes educacionais. Por fim, traçamos possibilidades de diálogo entre o ensino de sociologia e as transmasculinidades, de modo a instigar, após as discussões teóricas, a criação de meios para a mudança no cenário segregatório e invisibilizador.

Palavras-chave: Transmasculinidades. Educação. Ciências Sociais.

Abstract: The educational camp is constructed by a series of multiples personalities, identities, races, genders and cultures coexisting, many times, in a violent, segregatory or marginalized way, in consequence of the historic prejudice and invisibilization deposited on “being different”. This essay aims to start a dialogue about one of the faces of this violent segregation in the school, in what permeates the transmasculinities, in parallel to the use of the social and human sciences discipline as a way to improve the chart of invisibilization and violence against the transmasculine community. To construct this essay, we used a theoretical discussion about social representations of being transmasculine. Then, we bring an short contextualization about transmasculinities in the educational environments. In the end, we trace the possibilities of a dialogue between the sociological traces and the transmasculinities, in a way to instigate, through the theoretical discussions, the development of ways to change the segregatory and invisibilizer scenary.

Keywords: Transmasculinities. Education. Social Sciences.

1- Mestrando em Ensino pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino (UERN, UFERSA e IFRN). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8482758109263395>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9884-6092>. Email: elualt3@gmail.com.

2- Doutora em Antropologia Social. Professora Adjunto IV do curso de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8429272710753843>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6624-8493?lang=pt>. Email: elianeanselmo@uern.br

3- Doutor em Linguística. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino (UERN, UFERSA e IFRN). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8730615940772209>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4922-8826>. Email: francisco.vieiras@ufersa.edu.br

4- Doutora em Educação. Professora Visitante da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1304644589149103>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4965-2291>. Email: margarita.ufersa@gmail.com

5-Mestrando em Ensino pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino (UERN, UFERSA e IFRN). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6794526165473496>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2687-928X>. Email: mateusalexandre14@hotmail.com.

Introdução

A construção histórica do campo escolar implica a formação para a cultura e sociedade, partindo do pressuposto de que a humanidade distingue-se dos demais animais pela capacidade cognitiva de organizar-se e perpetuar-se através de uma série de mecanismos de manutenção dos conhecimentos adquiridos através dos anos (BRANDÃO, 2001; JAEGER, 2001; SOUZA, 2006; SEVERINO, 2010; DUBET, 2019).

A formação advinda do campo educacional busca construir uma consciência e ação voltadas para os valores e crenças de um determinado poderio sobre o que é a sociedade. Por assim ser, esse campo é historicamente normalizador, estruturado por regras muito bem marcadas, seja de modo explícito ou não, por meio das quais quem não participa ou segue tais normas vê-se fadado ao fracasso, à punição e à marginalização (FOUCAULT, 1999; BOURDIEU, 2001a, 2001b; DUBET 2003, 2019).

Essas normas manifestam-se também, e para além do aspecto “abstrato” da esfera simbólica das construções sociais, na construção dos corpos físicos das educandas e educandos a partir da disciplinarização dos mesmos por meio de uma ressignificação de suas existências prévias, tidas como incompletas, imperfeitas ou indignas de serem coexistentes nesses ambientes educacionais, talhando-as à posturas e significações de poder baseadas na busca pela submissão do grupo à uma série de normas, com vistas a obtenção de bons resultados (FOUCAULT, 1999).

Os corpos, então moldados com base em “modelos ideais” da classe dominante (BOURDIEU, 2001a) que coadunam com a sociedade¹, tornam-se essas representações vivas dos capitais cultural e social (BOURDIEU, 2001b) - quase que ideais - que devem ser alcançados através do papel normatizador da escola.

Nesse cenário, a comunidade transexual, por representar em seu próprio corpo uma série de “talhos dissidentes,²” encarnados em suas existências e ações, encontra-se historicamente alocada a uma posição de marginalização e fracasso escolar; resultados de uma série de “heteroterrorismos³” (BENTO, 2011, p. 552) - reiteraões violentas sobre os ideais de ser homem ou mulher⁴.

Apesar disso, devido a uma série de acontecimentos históricos, como, por exemplo, a criação da identidade política homossexual nos anos 1970 (LOURO, 2001), a comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Queer, Intersexos, Assexuais, Agêneros, Pansexuais e demais identidades de gênero e manifestações de sexualidade (LGBTQIAP+), vem desenvolvendo uma série de articulações coletivas e individuais de resistência, sobretudo nos espaços educacionais.

Por mais que não estejamos num cenário ideal de igualdade e respeito, vemos, a partir de estudos realizados nos últimos anos, um crescimento no número de mulheres transexuais e travestis articuladas nos espaços educacionais enquanto educandas e educadoras, de modo a emoldurar suas práticas docentes em diálogo com as expressões de seu ser, conquistando, assim, novos espaços que por anos lhes foram negados (ANDRADE, 2012; REIDEL, 2014; SANTOS, 2015; BRAVIN, 2016; DIAS, 2015; DUARTE, 2015; MARTINS, 2016; RODRIGUES, 2016; PIERI, 2017; SANTOS, 2017; MODESTO, 2018).

Da mesma forma, homens trans, transhomens e transmasculines também vêm se

¹ O “combo” educadoras e educadores brancos, cisgêneros, heterossexuais, detentores de uma série de significações históricas que lhes permitem acessar um determinado tipo de conteúdo trancado à códigos pouco acessíveis, que performam movimentos precisos e limpos, quase cirúrgicos, que desenham o que deve ser o homem ou a mulher ideal para aquele local [sem, contudo, deixar que sua sexualidade ou rastros de personalidade apareçam, senão para a repreensão dos que elas não seguem].

² Talhos de talhar mesmo. Marcas cunhadas em si, por si, e através de si, que representem o que essa pessoa acredita ser melhor para a representação de seu corpo, da sua identidade. Muitas vezes essas marcas podem não coincidir com o que é socialmente lido como correto (o padrão homem-macho-hetero/mulher-fêmea-hetero).

³ Plural conjugado por mim.

⁴ A perpetuação de um padrão imposto socioculturalmente sobre as pessoas, em referência a uma manutenção do binarismo de gênero e unidade de sexualidade, onde o padrão homem-macho-hetero/mulher-fêmea-hetero é perpetuado desde o pré nascimento, seguindo para a morte, por meio de violências físicas, morais e psicológicas de imposição ao binarismo heterocompulsório.

inserindo no campo educacional. Entretanto, vemos denúncias, apesar do destaque adquirido em meados de 2010 (ÁVILA, 2014), sobre a falta de estudos e levantamentos referentes à homens trans, transhomens e suas construções, no que permeia às transmasculinidades (ALMEIDA, 2012; ÁVILA & GROSSI 2010; PASSOS, 2019). Isso acarreta um apagamento desses seres, fazendo com que os avanços políticos e sociais sobre a comunidade transmasculina sejam lentos.

Com isso em mente, destaco aqui a inquietação principal que rege este escrito. Sabemos que pessoas que fazem parte da comunidade transmasculina estão se inserindo e autoafirmando-se cada vez mais dentro de espaços onde são perpetuados altos índices de heteroterrorismo (BENTO, 2011) e transfobia⁵: a escola. Deste modo, pensemos: Como as transmasculinidades são concebidas na perspectiva das ciências sociais? Como a escola compreende esses sujeitos? O que pode garantir suas existências nos ambientes educacionais de modo pleno?

Enquanto educador e LGBTQIAP+, considero de extrema importância que os processos (r)existentes das pessoas trans* nos ambientes educacionais sejam analisados e, para além disso, possam ser utilizados em prol da melhoria de acesso e permanência dessa grande e importante parcela da comunidade.

As discussões teóricas que subsidiam este trabalho parte de uma caracterização do que são as transmasculinidades e os sujeitos transmasculinos no país. Em seguida, realizamos um diálogo sobre as possibilidades acerca das ciências sociais e humanas na luta contra a transfobia.

Contextualizando as transmasculinidades nas ciências sociais e humanas

Partamos para uma breve contextualização sobre as transmasculinidades vistas pela ótica das Ciências Sociais e Humanas, sobretudo, a partir de escritos de autores trans, para além das pesquisadoras e pesquisadores sobre a temática.

Desde já, considero de extrema importância destacar a “inuniversalidade” da categoria “transexual” (BENTO, 2006; ALMEIDA, 2012; AVILA E GROSSI, 2013), sendo a construção do gênero uma leitura social, plural, que vai de encontro aos preceitos médicos, que alocam “A” transexualidade enquanto uma doença ou condição única, tratável através de hormônios ou cirurgias.

Assim sendo, pensemos, pois, as transexuailidades como plurais, refletidas nas várias formas de se construir o gênero; não como algo pré-definido, mas como movimentos sociopolíticos (PRECIADO, 2011), mutáveis, interseccionais, talhados a partir das classes econômicas, dos capitais culturais, sociais e intelectuais, da raça, da idade e dos locais onde existem.

Transmasculinidades em linhas gerais

Guiemo-nos, aqui, pelos trabalhos de Guilherme Almeida *Homens trans: novos matizes na aquarela das masculinidades?* (2012), e Nery e Meinberg *Transhomens no ciberespaço (Micropolíticas das resistências)* (2013), orientando-nos na compreensão acerca de algumas categorias analíticas sobre as múltiplas representações dos seres que são parte das transmasculinidades. Buscamos, aqui, não trazer moldes engessados sobre “o ser”, mas, nas linhas metafóricas recorrentes nos autores, apresentar cores, manifestações imagéticas que podem vir a ser (re)trabalhadas e sentidas de forma individual, sem perder a universalidade e fluidez do “ser cor”.

Nery e Meinberg (2013) apresentam a categoria transhomem como sendo

5 Aversão à pessoas transexuais.

uma das muitas classificações dentro das transidentidades, sendo uma das autodesignações adotadas por pessoas que “nasceram mulheres”⁶, ou melhor, designadas como tal a partir do nascimento ou ainda no período de gestação, no entanto, identificam-se como homens. (NERY; MEINBERG, 2013, p. 398).

Segundo Almeida (2012, p. 517), pessoas que fazem parte das transmasculinidades, “[...] de modo geral, utilizam o termo “transexual” ou “trans” frequentemente tomando-o como adjetivo e, por isso, precedido pelo substantivo “homem” e ainda, utilizando-se do termo trans como “unidade semântica capaz de oferecer inteligibilidade a suas trajetórias pessoais até então inomináveis e, por isso mesmo, mais abjetas” (2012, p. 517). Aqui, o termo adquire conotação de afirmação sociopolítica de pertencimento de um local - o ser(es) trans.

Contudo, segundo o autor, alguns acreditam que o uso do termo é um “paliativo”, não por aversão devido ao “caráter patologizante, mas [...] uma rejeição a serem vistos como distintos dos demais homens”, pois para eles, a “transição” é um processo que um dia terá fim, ao alcançar o “status de homem” (ALMEIDA, 2012, p. 518).

O autor nos apresenta, também, quatro categorias “gerais” que nos ajudam a compreender as transmasculinidades. São estas, a de transmasculines “que não querem um total descolamento do feminino” (p. 515), a de “ ‘homens’ que não optam por modificações corporais cirúrgicas nem hormonais” (p. 516), os “que constroem performances públicas em que os gêneros se misturam, expressando, dessa forma, insatisfação com o ‘binarismo dos gêneros’ e/ou com a ‘heteronormatividade.’” (p. 516) e os “[...] indivíduos que fazem e/ou desejam modificações corporais através da hormonização por testosterona e de uma ou mais intervenções cirúrgicas, além de se valerem em larga medida de outros recursos sociais” (p. 516).

Ainda segundo o autor,

tal identidade vem se construindo menos em função do diagnóstico psiquiátrico e mais na suposição de uma completa adesão aos signos corporais e aos comportamentos sociais que constituem as masculinidades, principalmente em seu ‘modelo convencional’. [...] Os homens trans são diferentes entre si em função dos próprios marcadores sociais de diferenças, como a classe social, a raça/cor, a orientação sexual, a geração, a origem geográfica, entre outras. Eles, de modo geral, utilizam o termo “transexual” ou “trans” frequentemente tomando-o como adjetivo e, por isso, precedido pelo substantivo “homem”. (ALMEIDA, 2012, p. 516-517)

Assim, vemos que cada uma dessas categorias apresenta em si uma série de universos para análise, uma vez que os agentes possuem uma série de interseccionalidades que influenciam suas posições nos campos a partir das significações sociais e políticas apresentadas em seus corpos, como as intervenções cirúrgicas, a mudança de nome, a reivindicação da identificação masculina, o vestir, andar, falar, dentre outros, diretamente dialogados com questões de raça, emancipação intelectual, classe econômica e demais marcadores sociais da diferença.

Consideramos importante destacar que os autores teorizam acerca de uma fluidez entre essas categorias, ou seja, não são locais fixos, mas possíveis pontos de alocação dos agentes que, a partir de suas rupturas para com o “binarismo esperado, promovem fissuras na heteronormia da sexualidade e negam que a anatomia dos corpos possa ser tomada como único destino possível.” (NERY; MEINBERG, 2013, p. 400).

⁶ O uso de aspas diz respeito à ironia dos autores mediante o termo “mulher” para referirem-se a homens trans, transhomens ou transmasculines.

Ligada à ruptura com a binaridade de gênero, apontada como uma das causas dos poucos estudos sobre transmasculinidades (ALMEIDA, 2012, p. 519), a passabilidade, ou passing, constitui uma possibilidade de ser lido/a enquanto pertencente de um gênero oposto ao determinado no nascimento a partir de aspectos físicos e acontece nos homens trans de uma forma mais “eficaz após a realização da mastectomia e do uso prolongado de testosterona” (ALMEIDA, 2012, p.519).

Se por um lado, isso permite que haja a possibilidade de anonimato, “conforto e acesso individual a direitos” (ALMEIDA, 2012, p. 519) para esses sujeitos; por outro, dificulta os avanços políticos e organizacionais que ocorrem através do reconhecimento e encontro de pares (ALMEIDA, 2012, p. 518), decorrentes da representatividade.

Não que esses sujeitos não existissem, eles sempre estavam ali, mas as violências sistematizadas os inviabilizavam e os castravam, como vemos no caso de João W. Nery, o primeiro transhomem a ser operado no Brasil, no ano de 1977. Na época, durante a ditadura militar, o ato foi considerado crime de mutilação (GASPODINI; NERY, 2014).

Segundo Ávila e Grossi (2013), somente em meados de 2010, que as questões referentes à transmasculinidade tomam visibilidade, a partir da organização política da comunidade em diálogo com as demais partes da comunidade LGBTQIAP+. Nesse ínterim, destacamos Nery⁷ como sendo um dos pivôs dessa mudança.

Com o lançamento da obra *Erro de pessoa: João ou Joana?* (1984), João Nery traz à comunidade LGBTQIAP+ brasileira a possibilidade de ver, pela primeira vez, a existência de um homem trans, seus processos e resistência numa sociedade na qual a temática da transmasculinidade era pouca ou quase que nunca debatida. Anos depois, João volta a relatar sobre sua vida, seus percursos, acusações e vivências em seu segundo livro, *Viagem Solitária: memórias de um transexual trinta anos depois* (2011) (GASPODINI; NERY, 2014).

Em 2009, Nery concedeu uma entrevista na TV Cultura, no programa *Provocações*, com o rosto sem iluminação. Em 2011, após o lançamento de seu segundo livro, participou de uma entrevista no programa *De frente com Gabi*, no SBT, no qual seu rosto estava iluminado (GASPODINI; NERY, 2014).

Com essas ações, Nery tencionou mais ainda o silêncio canônico que cerceava a existência da população transmasculina no Brasil, o que colaborou para um movimento de organização online de identificação desses sujeitos com algo e a ampliação do debate junto à academia, através de palestras, pesquisas e disseminação de informação

É importante ressaltar que o ato de existir de uma pessoa trans já é um ato político de resistência, pelo tensionamento e deslocamento da *ciscentralidade* de visão sobre a existência humana em um determinado lugar, pois

pessoas que jamais inscreveram as relações de gênero e a sexualidade em seu horizonte reflexivo passam, ao menos temporariamente, a considerá-las e a discutir condutas discriminatórias que reconhecem em si e nos demais, e nos extremos dessa abertura ao diálogo, o modelo de sociedade ambicionado (ALMEIDA, 2012, p. 519-520).

Assim sendo, não tomemos como uma via de regra ou pré-requisito o fato de todas as pessoas trans, bem como demais pessoas da comunidade LGBTQIAP+, terem que se inserir em movimentos políticos e sociais.

⁷ João Nery é uma importante figura para o movimento LGBTQIAP+, sobretudo para a população trans no Brasil. Homem trans, psicólogo, escritor e ativista social, Nery foi o primeiro homem transexual a realizar a cirurgia de readequação sexual no Brasil.

Sobre educação e as transexualidades

Se, somente em 2010, a comunidade transmasculina começou a ter certo destaque nas discussões midiáticas e acadêmicas, desde que se entende por existência, no país (o que se pode dizer, desde sempre), a comunidade trans, de modo geral, vem sendo alocada a espaços marginais, segregatórios, violentos, a partir de uma série de sanções pautadas nos aspectos das sexualidades e gêneros não cis-heteronormativos, amplificadas mediante aspectos referentes à raça, capitais cultural, social e econômico, sobretudo na escola. Para Guacira Lopes Louro (1997), escola é um espaço que

[...] delimita espaços. [...] afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o “lugar” dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas. Através de seus quadros, crucifixos, santas ou esculturas, aponta aqueles/as que deverão ser modelos e permite, também, que os sujeitos se reconheçam (ou não) nesses modelos. O prédio escolar informa a todos/as sua razão de existir. Suas marcas, seus símbolos e arranjos arquitetônicos “fazem sentido”, instituem múltiplos sentidos, constituem distintos sujeitos. (LOURO, 1997, p. 58)

Ou seja, a escola não somente como o prédio, as paredes e os agentes que nela atuam, mas como uma série de trocas simbólicas e relações ali existentes, demarcam espaços, garantem ou negam direitos, acessos, poder e demais manifestações de capitais simbólicos (BOURDIEU, 2002 a) que facilitam ou impedem que as pessoas ali presentes possam viver de forma seu período escolar de forma plena.

Ainda em relação aos ambientes escolares, estudos como os de Berenice Bento em Na escola se aprende que a diferença faz a diferença (2006) e Travestis na escola: Assujeitamento e Resistência à Ordem Normativa (2012), de Luma Andrade, trazem-nos alguns aspectos gerais sobre o ser-viver trans no esteio dessas instituições.

Assim, Bento (2011) mostra-nos as reiteraões violentas, “heteroterroristas” que permeiam as existências trans e a educação, fazendo com que nesses espaços, teoricamente formativos para a sociedade, reproduzam as violências, físicas e simbólicas (BOURDIEU, 2002b) do cenário social em maior escala. Essas violências refletem nos altos índices de evasão escolar da população trans, como um esquema higienizador muito bem articulado e mascarado, a “evasão involuntária” (ANDRADE, 2012).

Desse modo, a escola mesmo após quarenta anos de movimento e lutas LGBTQIAP+ por igualdade (d)e direitos, apesar de mudanças esporádicas e pontuais, não está preparada para lidar com as questões referentes às identidades e sexualidades cis-heterodiscordantes. Lemos e Medeiros (2020) reiteram esse ponto, ao defenderem que

são poucas as gestões preparadas para lidar com as diferenças, lidar com as questões raciais, de fator socioeconômico, as diferenças sexuais e principalmente as questões binárias e não-binários de gênero. (...) Diversos temas têm sido dialogados juntamente com a comunidade no plano de combater o trabalho infantil e a exploração sexual. Porém, quando o assunto é diferenças sexuais e de gênero não existem estímulos e os/as profissionais da educação na maioria das vezes não estão preparados/as ou não recebem formação e com isso gera os processos de exclusão voluntária e involuntária e automaticamente a dor e o desânimo em não mais no ambiente escolar (LE MOS; MEDEIROS, 2020)

Uma das formas mais comuns de negação de direitos e segregação, segundo Lemos e Medeiros (2020), para além do não aceite do gênero, está no não reconhecimento do nome social⁸, mesmo que este seja um direito garantido pelo Decreto nº 8727

Art. 6º A pessoa travesti ou transexual poderá requerer, a qualquer tempo, a inclusão de seu nome social em documentos oficiais e nos registros dos sistemas de informação, de cadastros, de programas, de serviços, de fichas, de formulários, de prontuários e congêneres dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Essas (faltas de) ações vão de encontro aos direitos descritos na Constituição Federal Brasileira de 1988, onde a educação é tida como um direito de todas e todos e para além, há a colocação na qual

Art. 206: O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – Igualdade de condições para o acesso à permanência na escola. (Art.205 e 206 da Constituição Federal)

Outros documentos, como o Plano Nacional de Educação (PNE, 2014-2020), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1997), os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM, 2000), as Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN+ 2002) e as Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (2006) alegam a necessidade de se trabalhar as questões voltadas para as diversidades, compreendendo-as como requisito para uma vida saudável e plena das pessoas enquanto seres biopsicossociais, a partir do momento em que possibilitam um entendimento sobre aspectos inatos da própria existência.

Para tal, disciplinas como sociologia, filosofia e história desempenham papéis importantes ao trazerem para o universo da educação básica debates teóricos acerca da sociedade, a partir de uma readequação da mesma através da ótica da juventude em formação. Vejamos, a seguir, possibilidades de diálogo da sociologia com as transmasculinidades através dos direcionamentos e orientações nacionais.

Considerações finais: guisa de um pré-começo?

Os diálogos acerca do ser homem trans, transhomem ou transmasculine na educação ainda precisam ser muito ampliados, difundidos de modo a colaborar com a voz e vez desses meninos-homens em diversas esferas sociais, sobretudo na possibilidade de construção de seus próprios espaços e articulações sociopolíticas provenientes dos saberes e emancipação advindas da educação.

Sendo assim, instigamo-lhes, educadoras, educadores, sociólogas e sociólogos a pensarem sobre a questão: de que forma podemos ampliar os debates sobre as transmasculinidades nas demais áreas da educação? Há, na interdisciplinaridade ou nas ciências sociais, a resposta para

⁸ Uma política social que garante o uso do nome pelo qual a pessoa quer ser chamada.

isso? Pensemos.

O ensino de Sociologia tornou-se obrigatório no ensino médio a partir da Lei 11.684/2008. Na educação básica, esse componente curricular atua como uma porta de entrada para discussões teóricas dialogadas com questões cotidianas, ou seja, ela traz a teoria científica para um local onde as educandas e educandos estão inseridas e inseridos, utilizando-se de seus capitais, suas formações sociais (BOURDIEU, 2001b), para fazê-las compreender sobre a forma como os campos atuam sobre os agentes (DESTERRO, 2016).

Nesse cenário, destacamos os PCNEM e os PCN+ como documentos que explicitam essas questões ao trazerem “metas” sobre a formação sociológica das educandas e educandos, a saber

Representação e comunicação

- Identificar, analisar e comparar os diferentes discursos sobre a realidade: as explicações das Ciências Sociais, amparadas nos vários paradigmas teóricos, e as do senso comum.
- Produzir novos discursos sobre as diferentes realidades sociais, a partir das observações e reflexões realizadas.

Investigação e compreensão

- Construir instrumentos para uma melhor compreensão da vida cotidiana, ampliando a “visão de mundo” e o “horizonte de expectativas”, nas relações interpessoais com os vários grupos sociais.
- Construir uma visão mais crítica da indústria cultural e dos meios de comunicação de massa, avaliando o papel ideológico do “marketing” enquanto estratégia de persuasão do consumidor e do próprio eleitor.
- Compreender e valorizar as diferentes manifestações culturais de etnias e segmentos sociais, agindo de modo a preservar o direito à diversidade, enquanto princípio estético, político e ético que supera conflitos e tensões do mundo atual.

Contextualização sócio-cultural

[...]

- Construir a identidade social e política, de modo a viabilizar o exercício da cidadania plena, no contexto do Estado de Direito, atuando para que haja, efetivamente, uma reciprocidade de direitos e deveres entre o poder público e o cidadão e também entre os diferentes grupos.

(PCNEM, 2000, parte IV, p. 43 e PCN+, 2002, p. 89-91).

A partir da consecução desses pontos, as educandas e educandos estariam aptas e

aptos a iniciarem um processo de visão crítica acerca do mundo, a partir das decodificações provenientes do fazer sociológico desenvolvido em sala de aula, propiciando o debate e uma possível e gradativa mudança no cenário preconceituoso e segregado onde são alocadas as transmasculinidades na educação.

Nesse cenário, a interdisciplinaridade surge enquanto o movimento teórico-prático de compreensão das cotidianidades presentes para além do ambiente escolar; partindo das realidades socioculturais e econômicas das educandas e dos educandos e a utilização das mesmas enquanto parte da construção do saber destas e destes.

Esse movimento só é possível uma vez que essa interdisciplinaridade faz parte, também, do corpo escolar. É como um (parafrazeando Mills⁹) “artesanato” onde o corpo docente da escola, juntamente ao resto da comunidade escolar, dialoga e constrói, na prática cotidiana, um movimento de **construção do saber** que seja para além do passar conteúdos, mas do nascer de um ser pensante, capaz de relacionar sua vivência com a ciência e a tecnologia.

Com relação às questões da educação sobre gênero e sexualidade, Melo Júnior e Cunha (2019, p. 2) afirmam que “A sociologia, enquanto ciência social e humana, desempenha um papel fundamental, uma vez que nosso trabalho é apresentar a perspectiva social, onde a sexualidade entraria num aspecto de marcador”. Ao trabalharmos a diversidade sexual e de gênero através do prisma das ciências sociais e humanas, possibilita-se a expansão dos horizontes acerca do respeito, das manifestações de poder, de trocas, de capitais existentes nos corpos a partir de suas múltiplas formas de existir, todos traçados a partir das significações obtidas na sociedade.

O trabalho acerca do desenvolvimento do respeito da comunidade transexual está para além do reconhecimento do nome ou uso de banheiros, mas no respeito aos “processos vivos” (LEMOS; MEDEIROS, 2020) da comunidade para além dos muros da escola. Contudo, precisamos que isso se inicie nele! Os debates provenientes da educação básica, em paralelo com as teorias sociológicas e suas metas formativas presentes nas documentações nacionais nos mostram isso.

Para tal, reiteramos as colocações de Berenice Bento (2006) sobre a leitura crítica das diferenças nos ambientes educacionais buscando, a partir destas, traçar um plano educacional que contemple a diversidade, o respeito e assegure a garantia de direitos, representações e vida plena à comunidade trans.

Encerramos esse escrito não dando o assunto como acabado ou tampouco o problema como totalmente abordado, tendo em vista que as questões referentes às identidades de gênero e sexualidades são constantemente mutatórias e mutáveis, mas crendo que a meta inicial, o dialogar sobre as transmasculinidades no universo do ensino de ciências sociais e humanas, foi alcançada e, para além, colaborou com a ampliação da discussão de uma temática necessária, importante e atual.

Referências

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento ou resistência à ordem normativa**. 2012. 279f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2012.

ALMEIDA, Guilherme. ‘HOMENS TRANS’ NOVOS MATIZES NA AQUARELA DAS MASCULINIDADES. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 20(2): 256, maio-agosto/2012.

ÁVILA, Simone; GROSSI, Miriam Pillar. “Maria, Maria João, João: reflexões sobre a transexperiência masculina”. In: **FAZENDO GÊNERO 9: DIÁSPORAS, DIVERSIDADE, DESLOCAMENTOS**, 23 a 26 de agosto de 2010.

ÁVILA, Simone Nunes. **FTM, transhomem, homem trans, trans, homem : A emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo**. Florianópolis, SC, 2014.

9 MILLS, C. W. Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2009.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual.** Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

_____. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, v. 19, n.2, 2011.

BOURDIEU, Pierre. O capital simbólico. *In*: BOURDIEU, P. **Meditações Pascalianas.** Tradução: Sergio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001 a.

_____. Os três estados do capital cultural. Tradução Magali de Castro. *In*: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. M. (orgs.). **Escritos de Educação.** Petrópolis: Vozes, 2001 b.

_____. A Gênese dos conceitos de habitus e de campo. *In* BOURDIEU, P. **O Poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002 a

_____. A violência simbólica. *In* BOURDIEU, P. **A Dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002 b.

_____. Algumas propriedades dos campos. *In* BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia.** Lisboa: Fim de Século, 2003.

_____. **Estruturas, habitus, práticas.** *In* BOURDIEU, P. **O Senso Prático.** Petrópolis: Vozes, 2009.

BRANDÃO, C. R. SOBRE TEIAS E TRAMAS DE APRENDER E ENSINAR: anotações a respeito de uma antropologia da educação. **Revista Inter Ação**, v. 26, n. 1, p. 9-30, 20 ago. 2007.

BRASIL. **Constituição (1998). Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: [Constituição \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br), acessado dia 05 de dezembro de 2020.

_____. **DECRETO Nº 8.727, DE 28 DE ABRIL DE 2016.** Disponível em: [Decreto nº 8727 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br). acessado dia 06 de dezembro de 2020.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.** Brasília: Conselho Nacional de Educação. 1998.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio.** Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica. 2000.

_____. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio.** Ciências humanas e suas tecnologias / Secretaria de Educação Básica. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

_____. **PCN+ Ensino Médio: Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais.** Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília: Secretaria da Educação Básica, MEC. 2002.

BRAVIN, **(TRANS) PENSANDO A EDUCAÇÃO SOCIAL: OS SENTIDOS DE SER (TRANS) EDUCADORA SOCIAL.** 2016. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

CAVALCANTI, M. P. de H. **Gênero, educação e diversidade:** sociabilidade das travestis nos ambientes educacionais na cidade de Maceió/AL. In: CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 11., 2011, Salvador: Anais [...] Salvador: UFBA, 2011.

DESTERRO, Fabio Braga do. **Sobre livros didáticos de Sociologia para o Ensino Médio.** 270 fl. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

DIAS, R. B. **Identidade de gênero trans e contemporaneidade:** representações sociais nos processos de formação e educação. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul Dissertação (mestrado), 2015.

DUARTE, F. E. B. **AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE UNIVERSITÁRIOS DE SEXUALIDADE LGBT SOBRE SEUS PROCESSOS DE ESCOLARIZAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES EM SEUS PROJETOS DE VIDA.** 2015. 307 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2015.

DUBET, François, ESCOLA E A EXCLUSÃO. **Cadernos de Pesquisa**, n. 119, julho/ 2003.

_____, **Desigualdades educacionais:** estruturas, processos e modelos de justiça. O debate ao longo dos últimos cinquenta anos na França. *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 13, n. 46. Dezembro de 2019.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir:** o nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1999.

GASPODINY, I. B; NERY, J. W. Transmasculinidades: provocações introdutórias. In: **FHM: filosofia, homoafetividade e mulheres - questões emergentes.** 1 ed. Passo Fundo: Méritos, 2014.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JAEGER, Werner Wilhelm. **Paideia:** a formação do homem grego. 3a ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

LEMOS, K. S.; MEDEIROS J. L. O nome que sou: práticas e experiências de pessoas trans na educação. In: Kaio Souza Lemos; Jarles Lopes de Medeiros. (Org.). **O nome que sou:** práticas e experiências de pessoas trans na educação. 01ed.São Paulo - Campinas: Pontes Editores, 2020, v. 1, p. 179-189.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação.** 6. Ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARTINS, L. R. **ENTRE OCÓS, TRUQUES E ATRAQUES:** a produção de confetos sobre as experiências de educadoras Trans do projeto TRANS FORMA AÇÃO. 2016. 218 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

MELO JÚNIOR, E. S; CUNHA, L. A. **SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE: UMA EXPERIÊNCIA EDUCACIONAL NA REDE EMANCIPA EM MOSSORÓ/RN.** In: VI Congresso Nacional de Educação - CONEDU 2019.

MODESTO, R.G. **SOBRE CORAGEM E RESISTÊNCIA:** contando a história de Leona, professora

e mulher trans. 2018. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2018.

NERY, J. W; MEINBERG, E. A. M. F. Transhomens no ciberespaço: micropolíticas das resistências. **HISTÓRIA AGORA: Revista de História Do Tempo Presente**, 2013.

PIERI, F. **MEMÓRIAS DE PROFESSORAS TRANSEXUAIS NO LESTE DE MATO GROSSO DO SUL**. 2017. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul. - Paranaíba, MS: UEMS, 2017.

PRECIADO, Paul, B. Multidões queer: notes for a politics of “abnormality”. **Revista Estudos Feministas**, vol.19 n°1. Florianópolis, jan/abr 2001.

REIDEL, Marina. **A pedagogia do salto alto** : histórias de professoras transexuais e travestis na educação brasileira. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Dissertação

RODRIGUES, T. A. **Morrer para nascer Travesti**: performatividades, escolaridades e a pedagogia da intolerância. 2016. 202 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de São Carlos, Campus Sorocaba, Sorocaba, 2016.

SANTOS, T. Z. **QUANDO O “ESTRANHO” RESOLVE SE APROXIMAR: A PRESENÇA DA PROFESSORA TRANSEXUAL E AS REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR**. 2014. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2015.

SANTOS, D. B. C. **DOCÊNCIAS TRANS***: ENTRE A DECÊNCIA E A ABJEÇÃO. 2017. 447 f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

SEVERINO, A. J. A Filosofia e a ética na educação. In: OLIVEIRA, Avelino da R; GHIGGI, Gumerindo; OLIVEIRA, Neiva. (Orgs.). (Org.). **Caleidoscópio**: temas de educação e filosofia. 1ed. Pelotas-RS: Editora da UFPEL, v. 1, p. 15-30, 2010.

SOUZA, Maurício Rodrigues de. **Por uma educação antropológica**: comparando as idéias de Bronislaw Malinowski e Paulo Freire. Universidade Federal do Pará. Departamento de Psicologia Social e Escolar. 2006.

Recebido em 31 de dezembro de 2020.
Aceito em 2 de fevereiro de 2021